



## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAIXADA CUIABANA.

Juliete Pinheiro de Oliveira  
Hyanca Gomes Evangelista<sup>12</sup>  
Docente: Dra. Rose Cléia Ramos

### RESUMO

Este artigo trata da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, especialmente nas áreas rurais do Estado de Mato Grosso, bem como da forma como essa modalidade vem sendo trabalhada nessas regiões, em particular, na baixada cuiabana. Os estudos foram baseados em pesquisas documentais, google acadêmico e leis educacionais. A EJA tem como objetivo oportunizar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida, por meio do seu ensino-aprendizagem. De modo que todos possam através dos conhecimentos, se tornarem cidadãos críticos, conhecedores de seus direitos e defensores de uma educação de qualidade. No entanto, no campo ou nas periferias na maioria das vezes, esses cidadãos são esquecidos e abandonados pelo poder público. Por isso, há necessidade de conhecimentos científicos para esses agricultores, de modo que sejam críticos e saibam dos seus direitos como pessoas, dotados de sabedoria de vida. Espera-se que tenham direito à cidadania, numa busca constante e integrada entre todos da sociedade por uma educação de qualidade aos educandos, que supere os desafios da sociedade capitalista. Visando isso, o governo de Mato Grosso juntamente com a secretária de educação ( SEDUC) e seus municípios criaram o projeto Muxirum da Alfabetização, no qual deseja alfabetizar em um mutirão regional um maior número de pessoas que residem em localidades distantes do centro da capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eja. Baixada cuiabana. Brasil.

### INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade voltada a toda população que ficou alijada da escola na idade regular para o ensino fundamental e médio. Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos assegurada pelo estado e a família, sem distinção de raça, etnia, religião ou vida social econômica, ou seja, todos têm

<sup>1</sup> *Doutora Docente Rose Cléia de Ramos. Universidade Federal de Mato Grosso.*

<sup>2</sup> *Estudantes do Curso de Licenciamento em Pedagogia. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: [oliveirajuliete749@gmail.com](mailto:oliveirajuliete749@gmail.com)*



direitos iguais perante a lei vigente. Portanto, é dever da União, com seus Estados e Municípios e da família, garantir a esses cidadãos o acesso à modalidade de educação.

No entanto, no Brasil é flagrante a situação do analfabetismo, pois, apesar de ser considerado um país em desenvolvimento, em diversos aspectos é muito insuficiente quando se fala em educação. No Brasil, cerca de 11 milhões de pessoas são consideradas analfabetas; entre elas estão crianças, jovens e adultos. O país possui um atraso crônico no que se diz respeito à garantia desse direito.

Percebe-se que, em média, 6,4% dos indivíduos com 25 anos ou mais não possuem nenhuma instrução. E, 32,2% apresentam o ensino fundamental incompleto, e somente 27,4% dessa faixa etária conseguiram concluir o ensino médio, e no total somente 17,4% dessas pessoas apresentam nível superior completo. Esses dados são assustadores (BRASIL, IBGE 2012-2019).

Nota-se que esse fato impacta toda a sociedade, em especial a classe trabalhadora. Como no caso da classe trabalhadora do Estado de Mato Grosso, mais precisamente dos municípios rurais do Estado, como é o caso do assentamento rural de Fartura, na Escola Municipal Tancredo Neves, próximo ao Município de Confresa, em Mato Grosso, que vem lutando para conquistar seu direito a esse ensino, a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

## **A EJA NO ESTADO DE MATO GROSSO E AS QUESTÕES SOCIAIS**

O Estado de Mato Grosso, apresenta-se como um Estado rico em extensão territorial, com uma área equivalente a 903.207.047 Km<sup>2</sup> e com uma estimativa populacional de 3.567.234 habitantes, segundo uma projeção do IBGE de 2021. No entanto, cerca de 180 mil pessoas apresentaram-se analfabetas no estado, o que equivale a 6% do total de sua população.

Notamos, então, que apesar do Estado de Mato Grosso ser considerado rico em extensão territorial e possuir uma população pequena; mas, sua taxa de analfabetismo está relativamente alta. Podemos relacionar isso a questões sociais, econômicas, posição demográfica e, principalmente, aos interesses das classes dominantes, que, pela necessidade de mão de obra para os trabalhos no campo, sobretudo nos setores agropecuários e industriais, não contribuem para que sejam criadas políticas educacionais mais consistentes no Estado.



Apresenta-se, assim, um Ensino Educacional cada vez mais distante e difícil para os menos favorecidos e esquecidos por um sistema desumano e capitalista. As dificuldades das pessoas da classe dominada de conseguirem frequentar as escolas e permanecerem matriculadas é um grande desafio. Elas, na maioria das vezes, foram obrigadas a abandonar ou nem chegaram a adentrar em uma sala de aula, por motivos sociais, econômicos, culturais ou financeiros.

A necessidade de incluir todos e todas em um ambiente formal ou informal de ensino - aprendizagem e valorizar as diversidades culturais existentes em cada localidade. Faz-se com que haja uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica das comunidades carentes. Segundo Cambi, não tem como separar a educação da vida social das pessoas, relata que:

À educação é delegada a função de homologar classes e grupos sociais, de recuperar todos os cidadãos para a produtividade social de construir em cada homem a consciência do cidadão de promover uma emancipação (sobretudo intelectual) que tende a tornar-se universal (libertando os homens de preconceitos, tradições acríticas, fés impostas, crenças irracionais). (CAMBI, 1999, p. 326).

## **A EJA NA BAIXADA CUIABANA**

A baixada cuiabana engloba vários Municípios, dentre eles: Barão de Melgaço, Mimoso, Poconé e Jangada. Destaca-se, nesse momento, em nossa pesquisa, Santo Antônio de Leverger em Mato Grosso. Ainda é pequena a procura dessa modalidade de ensino pela EJA nessas localidades. Porém, Santo Antônio de Leverger está tendo êxito nessa caminhada. Uma boa gestão e o apoio da comunidade local vem superando os desafios desse ensino-aprendizagem, com uma perspectiva de crescimento cognitivo, cultural, social e econômico para esses indivíduos que antes nem sabiam pegar em um lápis para escrever seu nome. Agora, podem dizer de peito aberto que são cidadãos alfabetizados e letrados.

Santo Antônio do Leverger é um município brasileiro, localizado na Região Centro-Oeste, banhado pelo Rio Cuiabá. O último censo (2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra uma estimativa populacional de 19.257 habitantes.

É terra onde nasceu um ilustre brasileiro, Marechal Cândido Rondon, sertanista e engenheiro militar que contribuiu para a construção das linhas telegráficas em Mato Grosso, desbravando o sertão mato-grossense.



Resultado de uma integração entre o Estado de Mato Grosso e o Município de Santo Antônio de Leverger, foi criado o Programa “Muxirum”, visando alfabetizar jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidades de estudar por vários motivos socioeconômicos.

“A palavra “muxirum” , muito comum no linguajar cuiabano, é de origem tupi e significa "mutirão ", "fazer juntos” (SEDUC, 2018)”.

No município de Santo Antônio do Leverger foram equipadas e montadas 52 turmas em torno das proximidades das comunidades para que todos (as) tenham acesso ao projeto, com propósito aprender a ler e a escrever e serem verdadeiros cidadãos perante a sociedade. São distribuídas as turmas entre oito a 14 educandos. Os discentes receberão materiais didáticos para começarem a estudar. Essa parceria do Estado e do Município foi anunciada em um jornal local da própria Prefeitura de Santo Antônio do Leverger. Na qual a Secretária de Educação do Município, Jaci Amorim, destaca que, essa nova metodologia de ensino irá ao encontro dos estudantes em suas residências, contribuindo para o sucesso desse projeto. No sentido de alcançar o seu objetivo principal de alfabetizar pessoas trabalhadoras e sofridas devido à falta de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Conforme ressaltou a senhora Jaci: “O método de alfabetização utilizado pelos instrutores, é diferenciado; as aulas serão de forma dinâmica, onde os alunos vão receber os monitores em suas casas, ou locais destinados pela Prefeitura.”

Segundo a Prefeita do Município, Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires, essa junção do governo estadual com os Municípios é de fundamental importância para a evolução educacional do país. Nessa concepção, evita-se que cresça a taxa de analfabetismo no país, oferecendo melhores expectativas de vida social à classe dominada. E, somente por meio da educação que pode transformar o sujeito a ser crítico. Conforme escreve Franco:

A questão da pedagogia do oprimido, da ação cultural para a liberdade, a consideração da educação como prática da liberdade, entram definitivamente, na composição de uma Pedagogia brasileira que se dispõe a estar a serviço da superação das imensas desigualdades que marcam nosso povo e nossa história. (FRANCO, 2012, p.69).

Na perspectiva dessa categoria de ensino nas escolas no campo, a Escola Tancredo Neves, que faz parte do Projeto de Assentamento Fartura, nas proximidades de Confresa, Mato Grosso, também sofre várias dificuldades devido a sua estrutura física. Um simples espaço físico no qual foi construído um barracão de madeira para atender a Educação Básica possibilitou avanço na condição estrutural, sendo que todos os alunos da Educação Infantil,



Ensino Fundamental e Ensino Médio fazem ocupações desse lugar ao mesmo tempo. Geralmente, existem dois professores para as turmas. São desafios que, na maioria das vezes, acontecem nas instituições escolares no meio rural.

Conforme Marques (2017), a educação do campo necessita de uma linguagem mais precisa no uso das culturas locais, para melhor entendimento no ensino-aprendizagem dos camponeses. Atualmente, a Escola Tancredo Neves está construída em material de alvenaria e os estudantes, pais e filhos, agora vêm de ônibus escolar para estudar. A escola tem quatro salas, cozinha, secretaria e banheiros. Já possui professores qualificados com nível superior. São 140 discentes entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Por sua vez, o Ensino Médio tem salas unidas com a Escola Estadual Antônio Alves Dias e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) faz parte do Sistema Estadual de Ensino.

A Escola Tancredo Neves foi elaborada com a ajuda dos assentados e seus familiares. Agora a escola está ainda mais bonita! É motivo de orgulho e uma conquista de todos para todos. Representa uma política pública voltada para o desenvolvimento equitativo das pessoas e é um bem maior que os cidadãos esperam ser visto como uma parte desse universo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Constituição Federal do Brasil assegura que é dever do estado e da família a oferta, o acesso e permanência dos estudantes na educação pública. Assim, a educação permanente aos sujeitos que participam da EJA faz com que tenham uma perspectiva de vida respeitada por todos da sociedade. Esses cidadãos, que perderam o direito de serem alfabetizados em tempo normal por causa de vários fatores socioeconômicos ocorridos em sua existência, não perdem o direito de corrigir essa falha, o que é de responsabilidade da própria sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos vem assegurar o direito de serem pessoas estudadas e qualificadas para o mercado de trabalho e, também, para a aprendizagem do dia a dia. Reafirma-se, portanto, que a EJA na comunidade rural garante ainda mais a qualidade de vida desses camponeses sofridos e, na maioria das vezes, esquecidos pelo poder público.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 1996, em seu artigo 37 diz que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e



constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, essa modalidade poderá atender as necessidades dos jovens e adultos em ter uma educação regular completa em sua vida. Tais avanços podem lhes trazer mais dignidade e autonomia para decidir e enfrentar os obstáculos do dia a dia. Com isso, sentir-se-ão úteis a si mesmo e à sociedade.

Acerca da valorização dos profissionais da educação pode-se afirmar que os docentes da EJA necessitam ser qualificados com cursos contínuos e específicos, pois serão mediadores de várias faixas etárias e pessoas de culturas diferentes. A EJA propõe-se a uma política de inclusão, oferecendo ensino de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras, sem distinção de raça, etnia, religião, opção sexual, econômica e cultural. Considera-se (BIGNARDE, 2013), no qual todos sujeitos da EJA são partes permanentes de transformações, créditos e definições. Essa categoria de ensino deve ter o apoio da União, dos Estados, do Distrito e dos Municípios, já que abrange a Educação Básica de Ensino. Por isso, é fundamental que a junção e a participação de todos esses órgãos públicos sejam em prol de uma formação de melhoria social e igualitária para que os camponeses tenham dignidade em sua existência como cidadãos brasileiros. Em relação à educação, Schmied-Kowarzik, comenta que:

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, determina por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, de regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente, também, um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais. (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 44).

Concluimos com esse artigo o quão longe podemos chegar se unirmos forças em prol da educação, como vimos no caso da Escola Tancredo Neves e do Programa Muxirum, em Santo Antônio de Leverger, MT, os dados nos permitem avaliar a validade da obra “Pedagogia do oprimido” de FREIRE (1986). Trata-se de uma obra que pode transformar a educação brasileira para que seja potencialmente libertadora e descolonizadora. Entretanto, ela só será, na prática, se for igualitária para todos. As regiões mais distantes de Mato Grosso precisam de investimentos do poder público para os setores essenciais como educação, saúde e segurança



pública. A experiência das escolas de assentamentos em Mato Grosso é a expressão viva da perspectiva da pedagogia libertadora, pois as escolas desses espaços são voltadas para aos verdadeiros interesses dos assentados, a escola é um espaço de crescimento, de afetos bons e de uma forma de apreender que consegue fazer com que os estudantes se sintam valorizados e comprometidos com todo processo educacional; como cita freire: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção"( FREIRE, 1996, p.25).

## REFERÊNCIAS

BIGNARDE, Kleber Gonçalves. **A organização curricular na política de currículo da EJA para os Cejas e Mato Grosso de 2008 a 2011**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós Graduação em Educação. Cuiabá. Brasil.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03-Ato2015-2018/2018/2018/Lei/L13632.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/11/brasil-tem-11-milhoes-de-analfabetos-aponta-ibge> Acesso em: 10/07/2022.

BRASIL. Prefeitura de Santo Antônio de Leverger. Mato Grosso, MT, 15 set. 2021. Disponível em: <http://www.leverger.mt.gov.br>> imprensa> Notícias. Acesso em: 18 jun. 2022.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. 1988. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/200-educando/material-escolar/2188-constituicao-federal-1988-artigos-205-206-208-212-214> Acesso em: 26/07/2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 15 jun. 2022.

ESCOLA RURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES, **Projeto político-pedagógico**. Santa Terezinha, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/16reflexoes-sobre->



[os-desafios-na-educacao-do-campo-o-caso-da-escola-tancredo-neves-em-confresamt](#). Acesso em: 06 jul. 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> Acesso em: 10 jul. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/projecao>. Acesso em: 16 jun. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt> Acesso em: 10/07/2022.

Marques, L.O.C. Interculturalidade na formação de professores do campo: **análise de uma experiência**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v.2, nº2, p. 447-471, 29 jul. 2017.

SEDUC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Muxirum da Alfabetização

Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/pro-escolas/muxirum-da-alfabetizacao>

Acesso em: 07/08/2023.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1983.